

Barganha faz Disposições Transitórias

25/4/87 — Evandro Teixeira



Beth Azize: moralizar a Zona Franca

Zona Franca vira tema importante até para PT

Às 10 horas da manhã da última sexta-feira, Bernardo Cabral mandou chamar Paulo Delgado para fazer um apelo. Queria que Delgado retirasse pedido para que a Constituinte vote em separado a inclusão da Zona Franca de Manaus nas Disposições Transitórias. Paulo Delgado disse que manteria o pedido, mas prometeu analisar a questão da Zona Franca na reunião da Comissão Executiva do PT neste final de semana.

O artigo 36 das Disposições Transitórias, objeto da mais intensanegociação entre os constituintes depois do mandato do presidente Sarney e os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, diz que "é mantida a Zona Franca de Manaus, com as suas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, sendo desnecessário qualquer ato administrativo ou legislativo para prorrogações". O parágrafo único do artigo diz que a política industrial da Zona Franca só poderá ser modificada por lei federal.

"É garantir na Constituição o que hoje é regulado em lei e garantir ainda que só por lei possam ser feitas modificações que hoje dependem de simples portarias. É a moralização da Zona Franca", argumenta Beth Azize (PSB-AM).

Insegurança — Para o deputado Paulo Delgado, "é engessar na Constituição uma distorção brasileira. Não quero eliminar a Zona Franca, mas mantê-la apenas na lei, para que possa ser mais facilmente modificada".

A Zona Franca de Manaus foi instituída em 1967 pelo decreto 288 e renovada no ano passado, por mais dez anos, pelo presidente José Sarney. "O problema é que atualmente, por simples portaria, vindas de qualquer órgão do governo, as regras são modificadas", explica Beth. Segundo ela, existem mais de 300 portarias, editadas nesses 20 anos que mudaram as regras do jogo.

A deputada reconhece que a inclusão da Zona Franca não é assunto constitucional, mas justifica: "O pólo industrial da Zona Franca está sempre sobressaltado porque as regras podem mudar de um dia para outro. Com a garantia da Zona Franca na Constituição, haverá estabilidade e a mão-de-obra vai aumentar, o que significa mais empregos. Além disso, as regras do jogo só poderão ser modificadas por lei que deverá obrigar à aplicação do lucro do pólo industrial na área social. A corrupção estaria acabada".

Robôs — Paulo Delgado vai defender, da tribuna, exatamente o inverso. Segundo ele, a inclusão da Zona Franca na Constituição vai garantir para as indústrias estrangeiras a automatização da produção. "Atualmente, há insegurança na renovação da Zona Franca e, com isso, as montadoras mantêm a mão-de-obra. Com a garantia da permanência da Zona Franca, robôs ocuparão os lugares dos trabalhadores".

Delgado acusa a Zona Franca de ser hoje uma área que se beneficia muito mais de incentivos do que de oferecer emprego de massa. "Só para citar alguns incentivos, o pólo industrial está isento de Imposto de Renda, IPI, Imposto de Importação, restituição de ICM".

Rebatendo as críticas, Beth Azize garante que a moralização da Zona Franca passa pela Constituição. "Em 88, o lucro da Zona Franca de Manaus será de cinco bilhões de dólares. Deste total, 60% vão para São Paulo, onde as indústrias têm sucursais e comercializam os produtos. Dos restantes 40%, metade vai para o exterior e metade, ou seja, um bilhão de dólares, deverá ser aplicada no Amazonas. Se obrigarmos à aplicação em projetos sociais, o Amazonas poderá acabar com sua pobreza e miséria".

Agláé Lavoratti

BRASÍLIA — Com seu jeito extrovertido e gesticulando muito, o deputado Israel Pينهيرو (PMDB-MG) interpelou sem contragimento a deputada Beth Azize (PSB-AM) no plenário da Constituinte para negociar:

— Como é, Beth, a bancada do Amazonas vai votar contra a divisão de Minas?

— Depende; só se a bancada de Minas cumprir o acordo e votar a favor da Zona Franca de Manaus — barganhou, também sem nenhum constrangimento, a deputada.

— Tá fechado. A bancada mineira vota a favor da zona Franca — concordou Israel, e se afastou, computando 11 votos da bancada amazonense para impedir a criação do estado do Triângulo.

Rindo, e contabilizando pelo menos 40 dos 58 votos mineiros a favor da Zona Franca de Manaus, a deputada Beth Azize esbarrou no deputado Ricardo Izar (PFL-SP).

— Ricardo, está de pé o voto dos paulistas para a Zona Franca, não é? Afinal, nós do Amazonas votamos a favor do aumento da representação paulista na Câmara dos Deputados — cobrou Beth, lembrando que o voto dos amazonenses a favor de aumentar de 60 para 80 o número de deputados federais de São Paulo exigia reciprocidade. O deputado confirmou o acordo mas não soube precisar o número de votos com que a deputada poderia contar.

Fronteiras — Beth Azize passou então a contar os 11 votos da bancada do Acre, com a promessa do senador Nabor Jr. (PMDB): "Faço até campanha para a Zona Franca se vocês votarem pelo aumento da fronteira do Acre". Referia-se ao artigo 52 das Disposições Transitórias, que aumenta o estado do Acre, invadindo as fronteiras de Rondônia e do Amazonas.

Beth respondeu, sem pressa: "Do Amazonas, vocês levam apenas três municípios com a nova fronteira. Tudo bem. Fecho esse acordo."

Esses três diálogos, ocorridos no espaço de cinco minutos no plenário da Constituinte na última semana, trazem à tona o verdadeiro mercado persa em que se transformou a negociação dos 63 artigos das Disposições Transitórias, que começam a ser votados esta semana.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) acusa: "Trafica-se de tudo". A deputada Beth Azize reconhece que, dos 63 artigos, mais de 50 nada têm de constitucional: "São dispositivos onde se negocia tudo, uma verdadeira ação entre amigos. Você vota em meu interesse e eu voto no seu." As Disposições Transitórias são artigos referentes a situações temporárias, como o mandato do presidente José Sarney.

Norte-Sul — É negociando artigos de interesse regionais ou até pessoais que os constituintes estão armando as Disposições Transitórias. O deputado Ottomar Pinto (PTB-RR) trabalha intensamente para transformar o território de Roraima em estado e na última semana se empenhou em confirmar alguns votos, como o do deputado Fernando Santana (PCB-BA).

— Como é, está de pé o negócio de Roraima?

— Vamos ver os cinco anos, não é, doutor? Roraima só vira estrela na Bandeira Nacional se apagar a estrela de Sarney — respondeu tranquilamente Santana.

As maiores negociações sobre os artigos das Disposições Transitórias estão mesmo no eixo das bancadas Norte-Sul. As bancadas do Norte aprovam interesses das bancadas do Sul e, em contrapartida, recebem apoio para suas reivindicações. Os nordestinos votam contra a criação do estado do Triângulo, por exemplo, e, em contrapartida, Minas vota a favor da criação, também nas capitais de todo o Nordeste, dos Tribunais Federais Regionais. Os Tribunais Federais Regionais devem ser criados em todas as capitais, mas existem emendas restringindo seu estabelecimento a apenas cinco capitais — Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Distrito Federal —, o que obrigou os constituintes do Norte e Nordeste a negociar.